

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA
41ª VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE – MG**

**JUIZ TITULAR DA VARA DO TRABALHO:
RICARDO MARCELO SILVA**



JUSTIÇA DO TRABALHO
TRT da 3ª Região (MG)

Lei de Criação nº 12.612, de 30-4-2012
Data da instalação: 17-12-2013
Data de Implantação do PJ-e: 24-3-2015

Jurisdição: Belo Horizonte.

Edital de Correição divulgado no DEJT em 7-12-2020, p. 7.

ATA DE CORREIÇÃO

Data da última Correição: 1-10-2019

Às 13h30min do dia dezessete de dezembro de 2020, a Excelentíssima Desembargadora Dra. **Maristela Iris da Silva Malheiros**, Vice-Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região deu início à Correição Ordinária Telepresencial por meio da plataforma de videoconferência Cisco Webex, instituída pela Portaria n. 61, de 31 de março de 2020, do Conselho Nacional de Justiça na 41ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, situada na Rua Mato Grosso, nº 468 – 11º andar, conforme ATO Nº 13, de 19 de Maio de 2020, do Tribunal Superior do Trabalho, Portaria Conjunta GCR/GVCR N. 7, de 5 de junho de 2020 e na forma do artigo 682, XI, da CLT, combinado com o artigo 29, II, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, presentes por meio do sistema eletrônico o MM. Juiz do Trabalho Titular da Vara, Dr. **Ricardo Marcelo Silva**; o Secretário da Vara do Trabalho, Sr. Pedro Paulo Costa Santos; os servidores Aduino de Moura Paiva, Daniela Kana Tomi, Flávia Campos Correa Bites, Gezaine Priscila Gonçalves da Costa Azevedo, Lilian de Melo Freitas, Luiz Felipe Malta Braz, Mariani Vieira Salgado Fernandes, Wanessa Manduca; o estagiário João Vitor Augusto Silva. Ausente o servidor Thiago de Freitas Gomes, em férias regulamentares.

Iniciada a correição no horário acima registrado, a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora examinou:

1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES – Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 725 processos, distribuídos neste ano até o dia 2-12-2020, apurando-se a média de 3,4 processos por dia útil.

1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – A Vara recebeu 61 cartas precatórias, dentre elas 44 executórias, até o dia 2-12-2020, das quais 44 foram devolvidas, neste ano, para os juízos deprecantes, conforme consulta realizada junto ao SICOND.

1.3. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT – Existe o registro de 557 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 217 processos foram remetidos neste ano até o dia 2-12-2020.

1.4. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO – Há 20 autos de processos para minutar sentença e minutar decisão, todos no prazo legal.

1.5. CARGA PARA PERITOS – Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 21 processos com perícia designada.

1.6. MANDADOS EXPEDIDOS – Constatam 602 mandados expedidos no PJe no ano em curso, dentre os quais 47 pendentes de cumprimento, no prazo.

1.7. PROCESSOS SOBRESTADOS NA FASE DE CONHECIMENTO – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 37 processos sobrestados.

Segundo informações do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (Nugep), há 6 processos sobrestados já julgados pelo STF com incidentes de Repercussão Geral, a saber:

0001350-74.2014.5.03.0179, 0001277-05.2014.5.03.0179, 0000291-51.2014.5.03.0179, 0010610-73.2017.5.03.0179: sobrestados em razão do recurso extraordinário com repercussão geral pelo STF – Tema 739: Possibilidade de recusa de aplicação do art. 94, II, da Lei 9.472/1997 em razão da invocação da Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho, sem observância da regra de reserva de plenário. (Mérito julgado 11/10/2018).

0010912-68.2018.5.03.0179, 0010382-30.2019.5.03.0179: sobrestados em razão do recurso extraordinário com repercussão geral pelo STF – Tema 131: Despedida imotivada de empregados de Empresa Pública. (Mérito julgado 20/03/2013).

Processos examinados na correição, por amostragem, temas ainda não julgados:

0010071/19, 0010747/19, 0010048/19, 0010547/17, 0011698/17, 0011017/18, 0010352/19, 0010313/18, 0010419/19, 0010862/18.: sobrestados em razão do recurso extraordinário com repercussão geral pelo STF – Tema nº 1046 – Validade de norma coletiva de trabalho que limita ou restringe direito trabalhista não assegurado constitucionalmente.

Recomenda-se, ainda, que seja observada a correta correspondência dos andamentos dos processos àqueles do sistema E-Gestão, conforme Manual de Orientações do Sistema E-Gestão 1º Grau (http://negestao.tst.jus.br/index.php/E-Gest%C3%A3o_1%C2%BA_Grau).

Também deve ser consultada a cartilha de sobrestamento e “dessobrestamento” elaborada pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes, disponível no link https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/nugep-2/downloads/Cartilha_NUGEP.pdf

Está disponível no link <https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/suspensoes-encerradas/suspensoes-encerradas-no-trt-mg>, sistematizadas por assunto.

1.8. PROCESSOS EM FASE DE CONHECIMENTO – a taxa de congestionamento na fase de conhecimento – 1º grau, indicador nº 10 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 37,48% em 2016, de 38,85% em 2017, de 34,44% em 2018 e de 31,24% em 2019. A Meta estabelecida para este indicador em 2019 era de 39% (dados extraídos do

sistema e-Gestão em 03/02/2020, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

Vara do Trabalho	Belo Horizonte - 41a Vara				
	2016	2017	2018	2019	3º trim/2020 (01/10/19 a 30/09/20)
Ind. 10: Taxa de Congestionamento Conhecimento (%)	33,02	37,34	35,86	29,80	41,40

1.9. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO -

FASE DE CONHECIMENTO (de 1º-1-2020 até 2-12-2020)

(fonte: e-Gestão)

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando 1ª Sessão de audiência (item 60)	0
	Aguardando 1ª audiência (item 90060)	172
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	0
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	204
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 62)	0
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 90062)	26

Processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que estão sem audiências designadas (aguardando atualização do PJe - chamado aberto junto ao TST):

Processos sem audiência designada durante a fase de instrução: São os processos dos itens 90.060 e 90.061 do e-Gestão e que não possuem audiência designada ou não estão suspensos/sobrestados.	108
---	-----

Aguardando atualização do PJe - chamado aberto junto ao TST

1) Indicador Idade média do Pendente de Julgamento (I01): representa o tempo médio que os processos estão pendentes de julgamento. Média do ano dos processos dos itens 60, 61, 62, 90060, 90061 e 90062 no final do período de referência.

Para cálculo do prazo médio, conforme manual do IGEST, “são listados todos os processos pendentes de julgamento na fase de conhecimento e considerado o ano em que cada um deles foi ajuizado. Após faz-se a subtração pelo ano de referência e após a média desses anos.

Ano de ajuizamento	Quantidade de processos	Prazo médio por ano
2016	-	-
2017	27	3
2018	17	2
2019	85	1
2020 – ano de referência	273	
TOTAL	402	0,50

Abaixo a tabela dos 20 processos mais antigos na fase de conhecimento, extraídos dos itens 60, 900.60, 61, 90061, 62 e 90.062 (dados apurados no mês de dezembro até o dia 2-12):

Processo	Classe	Tarefa
0010016-59.2017.5.03.0179	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010272-02.2017.5.03.0179	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010308-44.2017.5.03.0179	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010495-52.2017.5.03.0179	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0010547-48.2017.5.03.0179	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010577-83.2017.5.03.0179	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Elaborar sentença
0010610-73.2017.5.03.0179	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010901-73.2017.5.03.0179	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010913-87.2017.5.03.0179	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Elaborar sentença
0011045-47.2017.5.03.0179	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0011062-65.2017.5.03.0185	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento

0011315-71.2017.5.03.0179	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0011321-82.2017.5.03.0113	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0011406-64.2017.5.03.0179	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0011473-45.2017.5.03.0109	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0011480-43.2017.5.03.0107	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0011529-66.2017.5.03.0113	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0011585-95.2017.5.03.0179	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0011593-72.2017.5.03.0179	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0011612-78.2017.5.03.0179	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Preparar expedientes e comunicações

2) Indicador Pendentes (I02): representa a quantidade de processos pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução e os pendentes de liquidação.

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 377)	19
	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 90377)	484

FASE	Situação	Quantidade de processos
LIQUIDAÇÃO	Processos com liquidação de sentença pendente (item 394)	3
	Processos com liquidação de sentença pendente (item 90394)	170

FASE	Situação	Quantidade de processos
EXECUÇÃO	Processos pendentes de baixa - fase de execução (item 383)	0
	Processos pendentes de baixa - fase de execução (item 90383)	467

3) Indicador Taxa de Conclusos com Prazo Vencido (I03): representa a relação entre o total de processos conclusos com o prazo vencido e o total de processos aguardando a prolação de sentença.

FASE	Variável	Forma de apuração	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Pendentes de julgamento conclusos com o prazo vencido	Saldo de processos do item 393 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90393 no final do período de referência	0
	Total de processos conclusos aguardando prolação de sentença	Saldo de processos do item 62 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90062 no final do período de referência	26

1.10. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO – A taxa de congestionamento na fase de execução – 1º grau, indicador nº 14 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 75,67% em 2016, de 68,88% em 2017, de 62,84% em 2018 e de 56,65% em 2019. A Meta estabelecida para este indicador em 2019 era de 59% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 03/02/2020, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

Vara do Trabalho	Belo Horizonte - 41a Vara				
	2016	2017	2018	2019	3º trim/2020 (01/10/19 a 30/09/20)
Ind. 14: Taxa de Congestionamento Execução (%)	64,57	59,61	58,23	63,65	68,53

Existem 845 processos em fase de execução, assim discriminados:

- 612 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- 163 processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- 70 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327;
- 22 processos no arquivo temporário, extração personalizada do SIAP1.

Os dados foram extraídos do sistema e-Gestão, no período de 01/01/2020 até 02/12/2020

No ano anterior, até dia 02/12/2019 – havia 777 processos na fase de execução, assim distribuídos:

- a) 575 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) 169 processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 33 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327.

Abaixo Tabela dos 20 processos mais antigos na fase de execução, conforme itens 99 e 90099 do e-Gestão (dados apurados no mês de dezembro até o dia 2-12):

Processo	Classe	Tarefa
0000729-77.2014.5.03.0179	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	PROCESSO ARQUIVO TEMPORÁRIO ENVIADO À VARA COM REQUISIÇÃO
0010617-36.2015.5.03.0179	Execução Fiscal	Cumprimento de Providências
0001765-57.2014.5.03.0179	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	DESPACHO
0010037-06.2015.5.03.0179	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando final do sobrestamento
0010011-08.2015.5.03.0179	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando final do sobrestamento
0010603-52.2015.5.03.0179	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando término dos prazos
0010732-57.2015.5.03.0179	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando final do sobrestamento
0010411-22.2015.5.03.0179	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Cumprimento de Providências
0010252-31.2015.5.03.0001	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando final do sobrestamento
0010609-59.2015.5.03.0179	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010646-86.2015.5.03.0179	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Cumprimento de Providências
0010721-28.2015.5.03.0179	Execução Provisória em Autos Suplementares	Aguardando apreciação pela instância superior
0011401-13.2015.5.03.0179	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando final do sobrestamento
0011109-28.2015.5.03.0179	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando final do sobrestamento
0011254-84.2015.5.03.0179	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando final do sobrestamento
0010340-83.2016.5.03.0179	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando final do sobrestamento

0002330-21.2014.5.03.0179	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	OFÍCIO TEXTO LIVRE
0010374-78.2015.5.03.0022	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0011292-96.2015.5.03.0179	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando final do sobrestamento
0010789-75.2015.5.03.0179	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de providências

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das decisões de execução conforme itens 90.093/93 (execuções encerradas) e 90.398/398 (incidentes na Liquidação/Execução julgados,) extraídos do sistema e-Gestão (mês de dezembro 2020 apurado até dia 2-12):

Decisões	2019	2020
01-JANEIRO	2	14
02-FEVEREIRO	21	17
03-MARÇO	28	20
04-ABRIL	11	9
05-MAIO	17	8
06-JUNHO	21	18
07-JULHO	17	15
08-AGOSTO	28	10
09-SETEMBRO	24	23
10-OUTUBRO	16	18
11-NOVEMBRO	23	23
12-DEZEMBRO	22	4
Totais	230	179

Decisões por juiz	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12
LUIS HENRIQUE SANTIAGO SANTOS RANGEL	14	17	20	9	8	3	2	8	18	4	10	4
LUIZ FERNANDO GONCALVES								1	2			
RICARDO MARCELO SILVA							11	1	3			
SOLAINY BELTRAO DOS SANTOS										14	13	
WASHINGTON TIMOTEO TEIXEIRA NETO						15	2					
Totais	14	17	20	9	8	18	15	10	23	18	23	4

Comparativamente, nos anos de 2019 e 2020, foram expedidos alvarás, conforme abaixo (mês de dezembro 2020 apurado até dia 2-12):

Alvarás	2019	2020
01-JANEIRO	53	48
02-FEVEREIRO	66	32
03-MARÇO	81	85
04-ABRIL	81	17
05-MAIO	73	5
06-JUNHO	71	18
07-JULHO	57	22

08-AGOSTO	79	21
09-SETEMBRO	81	9
10-OUTUBRO	83	14
11-NOVEMBRO	81	8
12-DEZEMBRO	75	
Totais	881	279

1.11. PROCESSOS INCIDENTAIS PENDENTES: de acordo com o sistema e-Gestão, dados de 2-12-2020, existem 67 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 400, 90400, 427 e 90427.

	Qtde
Embargos de Declaração Pendentes	21
Incidentes na Liquidação/Execução Pendentes	30
Tutelas Provisórias Pendentes	16
Total	67

2. PROCESSOS EXAMINADOS – Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do colendo Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 17-12-2020 havia 10 processos:

- a) **procedimento sumaríssimo:** 5 processos;
- b) **instrução:** 3 processos;
- d) **tentativa de conciliação na fase de conhecimento:** 2 processos.

Foram examinados os autos dos processos 0010660/20, 0010160/19, 0010433/20, 0010755/20, 0010759/20, 0010761/20, 0010763/20, 0010631/20, 0010927/19, 0011027/19.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 0010755/20, 0010759/20, 0010761/20, 0010763/20: processos sujeitos ao procedimento sumaríssimo com designação de audiência com prazo superior a 15 dias.

2.1. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS SOBRESTADOS; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.

Nos termos do parágrafo 1º do artigo 6º do ATO Nº 13/GCGJT, de 19 de maio de 2020 e mediante consulta ao Painel Migração CLEC, que esta Vara do Trabalho possui, até o dia 7-12-2020, 80 processos físicos no total, dentre eles, os migráveis são 6 processos.

Exame dos autos dos processos 0010785/20, 0010625/20, 0010279/20, 0010724/20, 0010770/20, 0010736/20, 0010767/20, 0010382/20, 0010484/20, 0010261/20, 0010071/19, 0010747/19, 0010048/19, 0010547/17, 0011698/17, 0011017/18, 0010352/19, 0010313/18, 0010419/19, 0010862/18, 0010726/20, 0010691/20, 0010690/20, 0010606/20, 0010719/20, 0010706/20, 0010498/20, 0010590/20, 0010548/20, 0010591/20, 0010589/20, 0010679/20, 0010318/20, 0010756/20, 0010757/20, 0010378/20, 0010698/20, 0010491/20, 0010577/17, 0010096/20, 0010474/20, 0011105/19, 0010478/20, 0010542/20, 0010670/20, 0010506/19, 0010586/19, 0010070/19, 0010086/20, 0010971/19, 0010671/19, 0010731/19, 0010174/20, 0010425/19, 0010248/19, 0010447/20, 0010706/19, 0010804/19, 0010351/20, 0010137/19, 0010735/20, 0010324/20, 0010471/20, 0010630/20, 0010125/20, 0010475/20, 0010179/20, 0010629/20, 0010696/20, 0010216/20.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 0010726/20, 0010691/20, 0010690/20, 0010606/20, 0010719/20, 0010706/20: processos sujeitos ao procedimento sumaríssimo com designação de audiência com prazo superior a 15 dias.

Recomenda-se aos MM. juízes que profiram sentenças na forma da Recomendação N. 4/GCGJT, de 26 de setembro de 2018 referente aos “Procedimentos relacionados à prolação de sentenças e acórdãos líquidos”, divulgada por meio do Ofício Circular N. CR/45/2018, de 1º de outubro de 2018.

2.2. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que não há, até a presente data, inquérito judicial em tramitação.

2.3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 1 ação civil pública em tramitação.

Processo	Tarefa
0000382-10.2015.5.03.0179	Instância superior

2.4. AÇÃO CIVIL COLETIVA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 2 ações civis coletivas em tramitação.

Processo	Tarefa
0010099-75.2017.5.03.0179	Aguardando apreciação pela instância superior
0010298-39.2014.5.03.0103	Aguardando apreciação pela instância superior

3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA –

Prazos médios da pauta/dias corridos

	2018	2019	2020
Procedimento sumaríssimo/ordinário	21	17	35
Instrução processo físico	1.310	1.753	-
Instrução processo eletrônico	177	187 d	130

Apuração conforme dados extraídos do sistema e-Gestão.

Disponibilidade de Pauta/dias úteis

	2018	2019	2020
Procedimento sumaríssimo	9	15	Adota o art. 335 do CPC
Procedimento Ordinário	10	15	Adota o art. 335 do CPC
Instrução	201	112	18/08/2021 – 145 dias

PRAZOS MÉDIOS (de 1º-1-2020 até 2-12-2020).

1) Indicador Prazo Médio na Fase de conhecimento (I04): representa o prazo médio entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença (em dias corridos) na fase de conhecimento.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 416)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 90416)	630	132

2) Indicador Prazo Médio na Fase de Liquidação (I05): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de liquidação.

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corri-

		dos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 417)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 90417)	195	113

3) Indicador Prazo Médio Fase de Execução (I06): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de execução.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – procedimento sumaríssimo - ente privado (item 275)	2	1.694
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução - ente privado (item 90275)	68	822
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 277)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 90277)	3	609

No ano 2019, apurou-se que, em 227 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano-2019	Média/dia útil
Julgados procedentes	86	0,3
Julgados procedentes em parte	290	1,2
Julgados improcedentes	215	0,9
Extintos com resolução de mérito	9	0,04

Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com exame de mérito	600	2,6
Extintos sem resolução de mérito	19	0,084
Arquivamento	78	0,3
Desistência	72	0,3
Outras decisões sem exame de mérito	31	0,1
Total sem exame de mérito	200	0,8
Decisões de conhecimento	800	3,5
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	266	1,1
Decisões na fase de execução	125	0,5
Total	1.191	5,2

No ano de 2020, até o dia 2-12, com 213 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano Atual	Média dia/útil
Julgados procedentes	74	0,3
Julgados procedentes em parte	110	0,5
Julgados improcedentes	109	0,5
Extintos com resolução de mérito	4	0,01
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com exame de mérito	297	1,3
Extintos sem resolução de mérito	13	0,06
Arquivamento	23	0,1
Desistência	30	0,1
Outras decisões sem resolução de mérito	28	0,1

Total sem resolução de mérito	94	0,4
Decisões de conhecimento	391	1,8
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	119	0,5
Decisões na fase de execução	106	0,4
Total	616	2,8

4. AUDIÊNCIAS, DESPACHOS E SENTENÇAS NA FASE DE CONHECIMENTO

– Em novembro de 2020, com 20 dias úteis, realizaram-se:

Audiências	Número de Audiências/ Mês	Média/dia útil
Conciliação em conhecimento	8	0,4
Conciliação em execução	17	0,8
Encerramento de instrução <small>Os encerramentos de instrução não são somados</small>	10	0,5
Inicial/Inicial (rito sumaríssimo)	6	0,3
Inquirição de testemunha (juízo deprecado)	0	0
Instrução/Instrução (rito sumaríssimo)	48	2,4
Una/Una (rito sumaríssimo)	52	2,6
Total	131	6,5

No mês de novembro de 2020, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, foram homologados 41 acordos em conhecimento, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.

Conforme sistema e-Gestão, foram conciliados na fase de conhecimento, liquidação e execução (sentenças e decisões). Mês de novembro 2020 apurado até dia 2-12:

Conciliação por fases	Conhecimento		Execução		Liquidação	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020
01-JANEIRO	20	16				

02-FEVEREIRO	41	37				
03-MARÇO	36	20				
04-ABRIL	38	2			1	
05-MAIO	37	15			1	2
06-JUNHO	35	14			2	2
07-JULHO	38	40			1	1
08-AGOSTO	28	23	2			1
09-SETEMBRO	41	25	2	3	1	3
10-OUTUBRO	44	25			2	2
11-NOVEMBRO	27	41				1
12-DEZEMBRO	23	3	3			1
Totais	408	261	7	10	2	12

Conciliação por juiz	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12
	LUIS HENRIQUE SANTIAGO SANTOS RANGEL	16	37	20	3	18	1	4	11	29	10	31
LUIZ FERNANDO GONCALVES RICARDO MARCELO SILVA						1	38		2			
SOLAINY BELTRAO DOS SANTOS WASHINGTON TIMOTEO TEIXEIRA NETO						16				19	11	
Totais	16	37	20	3	18	18	42	24	31	29	42	3

Comparativamente, nos anos de 2019 e 2020, foram realizadas audiências, conforme abaixo (mês de dezembro 2020 apurado até dia 2-12):

Audiências	2019	2020
01-JANEIRO	75	90
02-FEVEREIRO	190	165
03-MARÇO	160	95
04-ABRIL	184	
05-MAIO	207	3
06-JUNHO	181	27
07-JULHO	186	87
08-AGOSTO	184	55
09-SETEMBRO	210	113
10-OUTUBRO	176	105
11-NOVEMBRO	163	129
12-DEZEMBRO	109	16
Totais	2025	885

Audiências por juiz	2020/01	2020/02	2020/03	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12
	ANDREA RODRIGUES DE MORAIS										1
FLAVIA CRISTINA ROSSI DUTRA HADMA CHRISTINA MURTA CAMPOS			2		1			1		1	1
LILIAN PIOVESAN PONSSONI LUIS HENRIQUE SANTIAGO SANTOS RANGEL	1	3									
LUIZ FERNANDO GONCALVES RICARDO MARCELO SILVA	89	162	93	3		5	40	112	21	78	15
SOLAINY BELTRAO DOS SANTOS WASHINGTON TIMOTEO TEIXEIRA NETO						82				16	
SOLAINY BELTRAO DOS SANTOS WASHINGTON TIMOTEO TEIXEIRA NETO					26				84	49	
Totais	90	165	95	3	27	87	55	113	105	129	16

Foram realizadas 66 audiências de 1-12-2020 até o dia 15-12-2020 e designadas 28 de 16-12-2020 até do dia 18-12-2020.

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das sentenças e acordos homologados por sentença em conhecimento, conforme apurado nos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049 do e-Gestão: (mês de dezembro 2020 apurado até dia 2-12):

Sentenças	2019	2020
01-JANEIRO	80	55
02-FEVEREIRO	112	87
03-MARÇO	86	83
04-ABRIL	109	11
05-MAIO	124	31
06-JUNHO	122	38
07-JULHO	108	74
08-AGOSTO	61	37
09-SETEMBRO	102	50
10-OUTUBRO	152	88
11-NOVEMBRO	89	89
12-DEZEMBRO	57	3
Totais	1202	646

Sentenças por juiz	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12
EMANUEL HOLANDA ALMEIDA	8	1	2									
HENRIQUE MACEDO DE OLIVEIRA	1											
LUIS HENRIQUE SANTIAGO SANTOS RANGEL	41	86	81	11	31	5	8	22	43	41	45	3
LUIZ FERNANDO GONCALVES								13	4			
NELSILENE LEAO DE CARVALHO DUPIN	5											
RICARDO MARCELO SILVA							58	2	3			
SOLAINY BELTRAO DOS SANTOS										47	44	
WASHINGTON TIMOTEO TEIXEIRA NETO						33	8					
Totais	55	87	83	11	31	38	74	37	50	88	89	3

Foram despachados, segundo dados da produtividade, extraídos das tabelas processuais unificadas no período (mês de dezembro 2020 apurado até dia 2-12):

Despachos	2019	2020
01-JANEIRO	453	430
02-FEVEREIRO	742	641
03-MARÇO	616	789

04-ABRIL	741	312
05-MAIO	804	748
06-JUNHO	720	982
07-JULHO	655	992
08-AGOSTO	926	800
09-SETEMBRO	830	787
10-OUTUBRO	909	911
11-NOVEMBRO	730	1172
12-DEZEMBRO	578	113
Totais	8704	8677

Constatou a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora, mediante informação do Secretário da Vara do Trabalho, que, na Unidade, as audiências são realizadas de segunda-feira a quinta-feira, a partir das 8h30min e/ou 8h50min. Adota-se o artigo 335 do CPC para o procedimento sumaríssimo e para procedimento ordinário. Intervalo de 15 minutos para as instruções.

A análise dos termos do artigo 19, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, fica prejudicada em razão das medidas de prevenção à disseminação do Novo Coronavírus da Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

Declara o magistrado, quanto à residência, que cumpre a disposição contida no artigo 30, inciso IV, "c", do Regimento Interno do TRT da 3ª Região e os termos das Instruções Normativas Conjuntas nº 1, de 13-11-2014 e nº 6, de 13-8-2015 e que mantém o cadastro atualizado na Secretaria-Geral da Presidência.

5. Produtividade –

Movimentação Anual de Processos			
	2018	2019	2020 até 2-12
Processos recebidos	953	1.005	725
Média por dia útil	4,2	4,4	3,4
Processos remanescentes do ano anterior	772	515	416
Sentenças anuladas	14	3	2
Total de processos para solução	1.739	1.523	1.143
Processos solucionados	1.257	1.202	646
Processos conciliados	423	402	255
Produtividade	72,23%	78,92%	56,51%

--	--	--	--

Analisando os dados supra, verificou-se um aumento de 5,4% em relação ao número de processos recebidos no ano 2018. Quanto à produtividade, verificou-se que em 2019 houve um aumento de 6,6%.

5.1. Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (IGEST) – desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das varas do trabalho de todo o país e auxiliar na melhoria da efetividade da prestação jurisdicional combinada à força de trabalho disponível. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando um instrumento eficaz de gestão. Ademais, o IGEST se alinha às Metas Nacionais e ao Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG e foi instituído no âmbito deste Regional por meio da Resolução Conjunta GP/GCR/GVCR n. 104, de 18 de dezembro de 2018.

MESOINDICADOR PRODUTIVIDADE: (de 1º-1-2020 até 2-12-2020)

1) Indicador Taxa de Conciliação na fase de conhecimento (I07): representa a relação entre a quantidade de processos solucionados por conciliação e o total de processos solucionados.

Conciliações	Soma dos processos dos itens 39 e 90039	255
Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90071, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	646

2) Indicador Taxa de Solução (I08): representa a relação entre o total de processos solucionados e o total de processos recebidos por distribuição, redistribuição e que retornaram para novo julgamento.

Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	646
Recebidos	Soma dos processos dos itens 26, 90026, 27, 90027, 29, 90029, 30, 90030, 31, 90031, 32 e 90032	727

3) Indicador Taxa de Execução (I13): representa a relação entre o total de execuções encerradas pelo total de execuções iniciadas.

Execuções iniciadas	Soma dos processos dos itens 329 e 90329	167
Execuções	Soma dos processos dos itens 93 e 90093	73

encerradas		
------------	--	--

MESOINDICADOR CONGESTIONAMENTO: (de 1º-1-2020 até 2-12-2020)

1) Indicador Taxa de Congestionamento no Conhecimento (I09): representa o volume de trabalho atualmente represado, em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de conhecimento.

Pendentes de baixa na Fase de Conhecimento	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	503
Baixados na Fase de Conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	652

2) Indicador Taxa de Congestionamento na Execução (I10): representa o volume de trabalho atualmente represado em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de execução.

Pendentes de baixa na Fase de Execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	467
Baixados na Fase de Execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	201

MESOINDICADOR FORÇA DE TRABALHO: (de 1º-1-2020 até 2-12-2020)

1) Indicador Produtividade por Servidor (I11): representa o total de processos baixados nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Baixados na fase de conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	652
Baixados na fase de execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	201
Servidores em atividade	Contagem dos servidores dos itens 2035, 2045, 2053, 2061 e 2412	10

2) Indicador Pendentes por Servidor (I12): representa total de pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Pendentes na fase de conhecimento	Saldo de processos dos itens 337 e 90337 no final do período de referência	503
-----------------------------------	--	-----

Pendentes de baixa na fase de execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	467
Servidores em atividade	Contagem dos servidores nos itens 2035 (servidores do quadro permanente da área judiciária), 2045 (servidores requisitados do Poder Judiciário da União, lotados na área judiciária 1º grau), 2053 (servidores requisitados de outros órgãos lotados na área judiciária do 1º grau), 2061 (servidores ocupantes exclusivamente de cargos em comissão lotados na área judiciária de 1º grau) e 2412 (servidores removidos de outros órgãos da Justiça do Trabalho lotados na área judiciária de 1º grau)	10

Perfil da Vara do Trabalho		Belo Horizonte - 41a Vara			
Indicadores / Período de referência	Ano 2019 01/01/2019 a 31/12/2019	1º trim 2020	2º trim 2020	3º trim 2020	
		01/04/2019 a 31/03/2020	01/07/2019 a 30/06/2020	01/10/2019 a 30/09/2020	
Indicadores	I01 - Idade Média do pendente de julgamento (em anos)	0,36	0,92	0,70	0,55
	I02 - Pendentes	1.065	1.060	1.088	1.171
	I03 - Taxa de conclusos com o prazo vencido (%)	0,00	0,00	0,00	0,00
	I04 - Prazo médio no conhecimento (em dias)	257,82	243,03	198,14	148,19
	I05 - Prazo médio na liquidação (em dias)	119,41	137,32	137,68	124,63
	I06 - Prazo médio na	542,43	567,08	655,91	749,16

	execução (em dias)				
	I07 - Taxa de conciliação (%)	33,14	32,95	34,29	36,70
	I08 - Taxa de solução (%)	119,26	116,26	99,09	92,15
	I13 - Taxa de execução (%)	51,12	58,45	68,52	55,93
	I09 - Taxa de congestionamento no conhecimento (%)	29,93	31,58	36,04	41,40
	I10 - Taxa de congestionamento na execução (%)	63,60	63,33	65,89	68,53
	I11 - Produtividade por servidor	135,10	128,70	108,50	96,30
	I12 - Pendentes por servidor	91,10	92,30	93,30	100,40
Meso	Acervo	0,20	0,25	0,24	0,24
	Celeridade	0,33	0,33	0,30	0,28
	Produtividade	0,62	0,62	0,65	0,65
	Congestionamento processual	0,60	0,60	0,63	0,63
	Força de trabalho	0,50	0,51	0,55	0,53
Macro	IGEST	0,4506	0,4612	0,4737	0,4654
	Posição IGEST	97	97	108	102
	Movimentação processual	1501 a 2000	1001 a 1500	1001 a 1500	1001 a 1500

6. ARRECADAÇÃO –

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda
R\$2.606.074,27	R\$441.680,19

7. PORTARIAS – De acordo com o Secretário da Vara do Trabalho, não há Portarias em vigor.

8. SISBAJUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA – Durante a correição, constatou-se que a Unidade emprega as ferramentas eletrônicas de pesquisa patrimonial.

9. DA SECRETARIA – Concluída a correição, de acordo com os critérios acima especificados, a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora examinou 80 autos de processos, sendo que não foram encontrados excessos de prazo.

Registra-se que durante os trabalhos de correição, foi observada a Resolução Conjunta GP/CR N. 58/2016 e suas posteriores alterações, bem como foram observadas as suspensões de prazo em decorrências das chuvas em 2020, da Portaria GP N. 109/2020 e das Portarias Conjuntas GP/CR/VCR N. 112/2020 e N. 114/2020. Também foram observadas as determinações referentes ao COVID-19.

10. Gestão Estratégica

As metas nacionais e os indicadores do Plano Plurianual 2015-2020 do TRT-MG devem ser monitorados para que se possa acompanhar e analisar os resultados institucionais, e a atividade correicional apoia esta iniciativa:

Meta 1 CNJ/Meta 6 CSJT: Índice de Processos Julgados (IPJ) - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Em 2019, quando a Meta era “julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 108,89% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 107,48% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ).

No ano 2020, até o dia 30-10-2020, o percentual alcançado foi de 84,59%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 87,65%.

Meta 2 CNJ/Meta 7 CSJT: Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, nos 1º e 2º graus.

Em 2019, quando a Meta era “identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, no 1º grau”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 101,50%, do valor da meta estipulado para o ano de 2019, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 100,28% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo CNJ).

Os valores de 2020 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

Meta 3 CNJ/Meta 9 CSJT: Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (ICONc) - Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017.

Em 2019, quando a Meta era “manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 78,70% de cumprimento da Meta, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 92,50% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, divergente do valor divulgado pelo CNJ igual a 102%. Os métodos de cálculo que os dois Conselhos utilizam são distintos).

No ano 2020, até o dia 30-10-2020, o percentual alcançado foi de 44,93% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 49,21%.

Meta 5 CNJ/Meta 11 CSJT: Índice de Execução (IE) - Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente.

Em 2019, quando a Meta era “baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 107,14%, do valor da meta estipulado para o ano de 2019, tendo cumprido a Meta. O resultado deste Regional foi de 123,07% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, praticamente igual ao valor divulgado pelo CNJ de 123,06%).

No ano 2020, até o dia 31-11-2020, o percentual alcançado foi de 118,75% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 101,75%.

Meta 6 CNJ/Meta 8 CSJT: Índice de Ações Coletivas Julgadas (IACJ) - Identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau.

Em 2019, quando a Meta era “identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 102,04% do valor da meta estipulado para o ano de 2019, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 98,06% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo CNJ).

Os valores de 2020 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

Meta 5 CSJT: Tempo médio de duração do processo - Fase de Conhecimento (TMDP1c): Reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2017.

Em 2019, quando a Meta era “reduzir o prazo médio em relação ao ano base 2017 (de 170 dias), em 2% até 2019 e em 5% até 2020”, o tempo médio de duração do processo desta unidade organizacional foi de 257,82 dias, sendo que o resultado deste Regional foi de 224 dias (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT). Observa-se que a meta em 2019 era de 166 dias.

O percentual de cumprimento desta unidade foi de 155,31%, não tendo cumprido a Meta, enquanto que para o TRT-MG este percentual foi de 64,92%, sendo que, neste item,

diferentemente dos demais, o percentual abaixo de 100% é a referência para o atingimento da referida Meta.

No ano 2020, até o dia 30-10-2020, o tempo médio alcançado foi de 129,37 dias, sendo o resultado deste Regional para o mesmo período de 169,67 dias.

11. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL – Enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho constante do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Seção de Gestão Socioambiental deste Regional.

12. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA – Conforme o artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9º da Resolução nº 176, de 10-6-2013, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.

12.1 MEDIDAS TOMADAS PELA VARA DO TRABALHO NO TOCANTE À CONTINGÊNCIA DO COVID-19:

A unidade organizacional observou as medidas publicadas referentes ao COVID-19, especialmente, a Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

13. RECOMENDAÇÕES:

13.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:

Recomenda-se que, quando da publicação da Portaria, referente ao formulário eletrônico para a autoinspeção, seja cumprido o Provimento Conjunto GCR/GVCR N. 1, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020, publicado DEJT de 1º-10-2020, que dispõe sobre a autoinspeção ordinária das unidades judiciárias de 1º grau, realizadas pelos respectivos magistrados, no âmbito da jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

Recomenda-se, ainda, ao Secretário e aos Servidores da Vara que observem as recomendações para registrar movimentos no PJe de acordo com o e-Gestão.

13.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:

A Corregedoria Regional recomenda que seja (m):

1) intensificada a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 76 da

Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o *caput* do artigo 764 da CLT, no sentido de que “os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação”, frisando-se que “para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos”, nos moldes do § 1º do referido artigo;

2) inseridos em pauta os processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que estão sem audiências designadas constantes da tabela do item 1.9 desta Ata;

3) envidados esforços para a redução do prazo de designação de audiências de instrução;

4) inseridos na pauta os 6 processos sobrestados já julgados pelo STF com incidentes de Repercussão Geral, discriminados no item 1.7 desta Ata, e que sejam observadas, também, as informações encaminhadas pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (Nugep) periodicamente à vara, referentes a processos já julgados pelo STF, para evitar o acúmulo desses processos;

5) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de conhecimento, conforme o discriminado no item 1.9 desta Ata;

6) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de execução, conforme o discriminado no item 1.10 desta Ata;

7) reduzida a quantidade de processos na fase execução, tendo em vista o aumento do número de processos no ano de 2020 em relação ao mesmo período do ano 2019, conforme o item 1.10 da ata;

8) saneados os incidentes processuais pendentes, conforme apurado no item 1.11 desta Ata;

9) cumprida a determinação constante do § 3º, do artigo 104, do Provimento Consolidado nº 3/2015, deste Regional, a saber: “inexistindo manifestação ou persistindo a divergência, o juiz, na hipótese de não se decidir pela homologação de um dos cálculos apresentados, nomeará, imediatamente, perito para elaborar laudo, em prazo prefixado segundo a complexidade do trabalho a ser executado”;

10) cumprida a Resolução Conjunta GP/CR/VCR N. 138, de 13 de março de 2020, publicada no DJE de 16-3-2020, alterada pela Resolução Conjunta TRT/GP/GCR/GVCR 142/2020, dispondo sobre a conversão de autos físicos em processos eletrônicos, módulo Cadastramento da Liquidação, Execução e Conhecimento (CLEC), nas Varas do Trabalho da 3ª Região, observado o Procedimento de Controle Administrativo CNJ 0008654-73.2018.2.00.000, que defere a liminar para suspender as regras estabelecidas no art. 2º da Resolução conjunta em epígrafe e do art. 52 da Resolução CSJT n. 185, de 24 de março de 2017, facultando ao

Tribunal a digitalização das peças dos autos, que por ora, não deverá ser feita pelas partes, observando, ainda, o Ofício Circular N. CR/64/2019;

11) envidados esforços para o cumprimento da Meta 3 CNJ/Meta 9 CSJT: Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (ICONc) - Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017 e da Meta 5 CSJT: Tempo médio de duração do processo – Fase de Conhecimento (TMDP1c): Reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2017, tendo em vista que estas não foram atingidas no ano 2019;

12) observada a Resolução Conjunta GP/GCR N. 136, de 27 de janeiro de 2020, devendo a Vara do Trabalho adotar medidas para cumprimento dos procedimentos previstos no capítulo II, artigos 5º ao 7º da referida Resolução, e certificar a inexistência de depósitos judiciais e recursais vinculados ao processo a ser arquivado. Para isso, até a efetiva liberação do sítio eletrônico Garimpo, as varas do trabalho deverão consultar a existência de saldo nos sítios eletrônicos dos bancos já disponíveis. https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/aceso-restrito/ (extratos da caixa econômica federal) e <https://www63.bb.com.br/portalbb/djo/rdo/magistrado/RD04,802,4647,4653,0,1,1.bbx?cid=1335> (extratos do Banco do Brasil) e <https://conectividade.caixa.gov.br> (depósitos recursais antes da reforma trabalhista);

13) observada a Portaria Conjunta GP/GCR/GVCR N. 223, de 3 de setembro de 2020 que estabelece no âmbito da Justiça do Trabalho de Minas Gerais medidas para a retomada gradual dos serviços presenciais, observadas as ações necessárias para a prevenção de contágio pelo novo coronavírus, causador da COVID-19;

14) cumprida a Recomendação Conjunta GCR/GVCR N. 2, de 18 de agosto de 2020 e artigo 5º da Portaria Conjunta CR/VCR N. 2, de 20 de março de 2020, dispondo que o contato de urgência das partes e advogados deve ser realizado por e-mail institucional e que o atendimento também seja por meio de videoconferência a advogados, procuradores, membros do Ministério Público do Trabalho e partes que atuam no exercício do jus postulandi, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, durante a pandemia da Covid-19 e a habilitação das funcionalidades siga-me ou WhatsApp Business;

15) cumprida a recomendação Nº 10/GCGJT, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020, que, em caráter excepcional, durante a duração da pandemia, sejam priorizados os atos atinentes à tramitação das ações trabalhistas e recursos de interesse dos profissionais da saúde que se encontram na função de atuação ao combate ao COVID-19;

16) realizado, pelos magistrados e pelos servidores, o Exame Periódico de Saúde na data apazada pela Secretaria de Saúde deste Regional, em conformidade com artigo 13 da Instrução Normativa GP nº 21, de 21 de julho de 2016, que dispõe sobre avaliação médica de magistrados e servidores em atividade, em função de riscos no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais.

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

13.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2019:

A Corregedoria Regional verificou que não foram observadas as seguintes recomendações, formuladas naquela oportunidade:

1) cumprida a Resolução Conjunta GP/CR N° 112, de 1º de julho de 2019, publicada no DJE de 2-7-2019 dispoendo sobre a conversão de autos físicos em processos eletrônicos, módulo Cadastramento da Liquidação, Execução e Conhecimento (CLEC), nas Varas do Trabalho da 3ª Região.

A Corregedoria Regional reitera a observância das recomendações acima.

14. OBSERVAÇÕES FINAIS – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara mantenha a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é “Solucionar conflitos decorrentes das relações de trabalho de forma efetiva e célere, contribuindo para a harmonia social”.

Participe dos objetivos da Agenda 2030 (ONU) que firmou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para transformar nosso mundo, a Corregedoria Regional incentiva o conhecimento de suas diretrizes, especialmente as inclusas no objetivo 16 que trata da Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Enfatiza que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão de futuro do TRT da 3ª Região em “ser reconhecido na sociedade pela prestação da tutela jurisdicional dos direitos sociais de qualidade, célere e efetiva e pela excelência dos processos de gestão”, segundo consta no Planejamento Estratégico do TRT da 3ª Região.

Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.

A Correição Ordinária é encerrada às 17h15min do dia dezessete de dezembro de 2020, em sessão pública telepresencial, nos termos do Edital n. 231/2020, publicado no DJE 7-12-2020, do que, para constar, eu, Mozart Secundino de Oliveira Júnior, Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria, lavrei e assinei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada, também, pela Excelentíssima

Desembargadora Vice-Corregedora. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora, além do Sr. Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria acima nominado, foi composta pelos servidores Flávio Mário Fonseca e Jânio Júlio Fernandes.

Maristela Iris da Silva Assinado de forma digital por Maristela
Iris da Silva Malheiros:30831806
Malheiros:30831806 Dados: 2020.12.18 18:21:23 -03'00'

Maristela Iris da Silva Malheiros
Desembargadora Vice-Corregedora do TRT/3ª Região

MOZART SECUNDINO DE Assinado de forma digital por
OLIVEIRA MOZART SECUNDINO DE OLIVEIRA
JUNIOR:30831138 JUNIOR:30831138
Dados: 2020.12.18 15:06:42 -03'00'

Mozart Secundino de Oliveira Júnior
Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria